

**De:** carla carreiro <carreiro.carla@gmail.com>  
**Enviado:** terça-feira, 17 de abril de 2018 14:29  
**Para:** Comissão 10ª - CTSS XIII  
**Assunto:** Fwd: Desigualdade no descongelamento das carreiras

**Categorias:** Categoria Vermelha

Boa tarde

Eximos Senhores,



Na sequência do meu contacto telefónico com o objetivo de obter resposta à mensagem que vos dirigi no passado dia 16 de março, reencaminho o e-mail que remeti para melhor identificação do assunto/processo e agradeço a vossa célere e gentil resposta.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Carreiro

----- Mensagem encaminhada -----

**De:** Comissão 1ª - CACDLG XIII <1CACDLG@ar.parlamento.pt>  
**Data:** 16 de março de 2018 às 13:01  
**Assunto:** RE: Desigualdade no descongelamento das carreiras  
**Para:** carla carreiro <carreiro.carla@gmail.com>

Exma. Senhora Carla Carreiro,

Vimos pelo presente acusar a receção do *e-mail* infra que V. Ex.ª dirigiu a esta Comissão, que mereceu a nossa melhor atenção, e informar que, inscrevendo-se a situação exposta no âmbito da competência da Comissão de Trabalho e Segurança Social (de acordo com o [documento](#) disponível na página do Parlamento na *Internet*), foi, nesta data, reencaminhada para aquela Comissão, para conhecimento, e à qual V. Exa. se poderá dirigir para obter informação.

Com os melhores cumprimentos,

A equipa de apoio à 1.ª Comissão



Comissão de Assuntos Constitucionais,

Direitos, Liberdades e Garantias

1249-068 LISBOA

Telefone: 21 391 92 91 / 96 67

Fax: 21 393 69 41

E-mail: [1CACDLG@ar.parlamento.pt](mailto:1CACDLG@ar.parlamento.pt)

Portal da Comissão

**De:** carla carreiro [mailto:[carreiro.carla@gmail.com](mailto:carreiro.carla@gmail.com)]

**Enviada:** 16 de março de 2018 12:37

**Para:** Comissão 1ª - CACDLG XIII <[1CACDLG@ar.parlamento.pt](mailto:1CACDLG@ar.parlamento.pt)>

**Assunto:** Desigualdade no descongelamento das carreiras

Eximo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Dr. Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos,

Tomo a liberdade de lhe dirigir estas palavras porque considero injusto e incorreto o processo de descongelamento das carreiras, cujos procedimentos já se encontram em aplicação.

Embora a minha situação seja semelhante a tantas outras, de vários organismo públicos, optarei por pessoalizar e evidenciando as circunstâncias que considero inadequadas e que a meu ver violam os princípios da igualdade e da proporcionalidade.

Estou no início da carreira desde 2003 (altura em que fui reclassificada como técnica superior) e que devido à extinção da DGT (Direção Geral de Turismo) e ao congelamento das carreiras, mantenho-me numa posição remuneratória virtual (entre a 2ª e a 3ª) com um salário base de 1.373€ (ilíquidos). Com o processo de descongelamento das carreiras vão retirar-me 10 pontos (dos 13 acumulados que tenho) para avançar apenas 2,44% de posição de uma posição remuneratória. Ou seja, não é tido em consideração o princípio da proporcionalidade, o que traduz no limite uma aumento salarial de 34€ (em 15 anos).

A acrescentar a isto, tenho uma carreira contributiva interrupta de 27 anos (a fazer descontos e a pagar impostos) para agora ao fim de 15 anos ter um aumento 34€ sendo equivalente a um aumento de 2,2€/ano ou de 0,18€/mês. E provavelmente mais 7 anos para subir de posição remuneratória.

A outra questão que referi é a do princípio da proporcionalidade, uma vez que trabalhadores que estão colocados em posições remuneratórias virtuais (por conta da uniformização da TRU e que não tem culpa absolutamente nenhuma) avançam, não uma posição mas sim uma percentagem até à posição remuneratória imediata não virtual, e, não obstante disso, retiram-lhe os mesmos 10 pontos de avaliação que retiram aos restantes que avançam de facto uma unidade. O que, no meu entendimento, não é correto nem justo – porque motivo é que uns (só porque já estavam em posições não virtuais) avançam uma parcela de uma unidade.

Tal como referi, sei que existem vários trabalhadores em circunstâncias semelhantes, mas ainda assim, neste universo existem uns que ainda estão pior, pois encontram-se nas caudas das suas carreiras e colocados em posições virtuais há mais de 10 anos.

É importante também referir que esta exposição não reverte qualquer tipo de postura contra a entidade patronal, pelo contrário tenho muito orgulho no organismo onde trabalho, mas sinto-me lesada e considero não haver nenhuma equidade nem justiça e por isso levo ao conhecimento desta comissão estas considerações para que possam ser analisadas e regularizadas as injustiças.

Na sequência desta minha mensagem muito agradecia que me fosse dada a oportunidade de expor pessoalmente estes argumentos, pelo que ficarei a aguardar um momento que considerem oportuno para me receberem.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Carreiro

